DESAFIOS DOCENTES NA INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA DE QUATRO E CINCO ANOS

Aniatiara Crisostomo dos Santos[1], Ana Carolina Alves da Silva[1], Eliane Penha Mergulhão Dias[1,2,3,4]

[1]Faculdade Cristã da Cidade, Rodovia Presidente Dutra, km 145, Vila Tatetuba – 12220-611 – São José dos Campos-SP, Brasil, Aniatiara7@gmail.com.

[2]Universidade de São Paulo (USP), Instituto de Estudos Avançados (IEA), Cátedra Alfredo Bosi de Educação Básica – São Paulo-SP, Brasil.

[3]Universidade Paulista (UNIP) – São José dos Campos-SP, Brasil.

[4]Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatec) – São José dos Campos-SP, Brasil.

Resumo

O presente trabalho aborda os desafios enfrentados por docentes na inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na faixa etária de 4 e 5 anos, analisando a relação entre pressupostos teóricos, marcos legais e práticas pedagógicas no cotidiano escolar. A pesquisa caracteriza-se como revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Cunha, Mantoan e Lacerda, além da análise de legislação e diretrizes nacionais. Os resultados apontam que, embora a Lei nº 12.764/2012 represente importante marco na garantia de direitos das pessoas com TEA no Brasil, persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à superlotação das salas e à escassez de recursos pedagógicos. Discutem-se estratégias como a Tecnologia Assistiva e a Comunicação Alternativa e Ampliada, que podem favorecer a participação e a autonomia das crianças. Conclui-se que a inclusão efetiva requer formação continuada, suporte institucional e articulação entre escola, família e políticas públicas.

Palavras-chave: Autismo. Inclusão escolar. Prática docente. Educação infantil. Formação continuada.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas.

Introdução

A escola constitui um espaço complexo, atravessado por limitações estruturais e institucionais que impactam diretamente a atuação docente na inclusão de crianças com autismo. De acordo com Mantoan (2003), muitos professores manifestam insegurança ao receber alunos com deficiência em suas turmas, situação relacionada, entre outros fatores, à insuficiência de formação e orientação para o trabalho inclusivo. A ausência de preparo pode reforçar a ideia equivocada de que o professor necessita de fórmulas prontas para promover a inclusão.

A escolha do tema justifica-se pela importância de discutir estratégias pedagógicas que ofereçam condições adequadas para que crianças de 4 e 5 anos com Transtorno do Espectro Autista vivenciem uma inclusão efetiva. Nesse processo, é necessário considerar como os professores constroem seus conhecimentos e respondem aos desafios cotidianos da educação. Conforme Mantoan (2003), as redes de ensino devem acompanhar os processos formativos, respeitando o desenvolvimento profissional e o amadurecimento pedagógico dos educadores.

O objetivo desta pesquisa é refletir sobre os principais desafios enfrentados pelos docentes na inclusão de crianças de 4 e 5 anos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Especificamente, busca-se analisar fundamentos teóricos e legais que orientam a prática inclusiva, discutir dificuldades presentes no cotidiano escolar e examinar a relevância da formação continuada e de estratégias pedagógicas para a efetivação da inclusão nessa faixa etária.

Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos. Nessa perspectiva, realizou-se revisão de literatura fundamentada em obras de Eugênio Cunha, Maria Teresa Eglér Mantoan e Lucelmo Lacerda, entre outros autores relacionados à

educação inclusiva e ao Transtorno do Espectro Autista. Também foram analisados marcos legais e diretrizes nacionais pertinentes à inclusão escolar, com destaque para a Lei nº 12.764/2012, a Lei nº 13.146/2015 e a Resolução CNE/CEB nº 4/2009. A análise buscou articular as contribuições teóricas e normativas aos desafios da prática docente na Educação Infantil.

Resultados

A análise bibliográfica revelou que os obstáculos à inclusão escolar ultrapassam a existência de marcos legais, pois os docentes ainda enfrentam dificuldades para tornar efetiva a inclusão de crianças com TEA de 4 e 5 anos, o que pode contribuir para sobrecarga e mal-estar no trabalho. Oliveira (2023) destaca a organização visual do ambiente e a utilização de recursos de Tecnologia Assistiva, como a Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), como estratégias voltadas à participação e à autonomia. Cunha (2017), por sua vez, enfatiza a importância do vínculo afetivo e do acolhimento para que a criança se sinta segura para interagir e aprender no ambiente escolar.

A análise da literatura também permitiu identificar que as dificuldades relatadas pelos docentes não se restringem ao conhecimento conceitual sobre o TEA, mas alcançam a organização das práticas pedagógicas e a capacidade de responder às necessidades específicas de cada criança. Nesse sentido, os estudos examinados apontam que a ausência de formação continuada direcionada, de planejamento pedagógico individualizado e de suporte institucional pode limitar a participação e a aprendizagem das crianças no contexto inclusivo. Camargo *et al.* (2020) observaram que professores de estudantes com TEA relatam dificuldades relacionadas ao manejo de comportamentos e às estratégias pedagógicas, destacando a necessidade de processos formativos mais vinculados às situações concretas vivenciadas na escola. Esses achados reforçam que a inclusão, especialmente na Educação Infantil, depende da articulação entre conhecimento docente, recursos pedagógicos e apoio da equipe escolar.

Discussão

A inclusão de alunos com TEA no Brasil é respaldada pela Constituição Federal, pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e pela Lei Berenice Piana (Lei nº 12.764/2012), que reconhece a pessoa com Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e assegura seu direito à educação. Entretanto, a existência de dispositivos legais não garante, isoladamente, a efetivação da inclusão no cotidiano escolar. Mantoan (2003) argumenta que a escola inclusiva exige mudanças na organização escolar e nas práticas pedagógicas, superando modelos rígidos e homogeneizadores de ensino.

Nesse contexto, a formação docente constitui um dos eixos centrais da inclusão. Camargo *et al.* (2020), ao investigarem professores de alunos com TEA em escolas comuns, identificaram dificuldades e barreiras cotidianas relacionadas especialmente aos aspectos comportamentais e pedagógicos. Os autores defendem que a formação continuada deve ser menos genérica e mais direcionada às necessidades concretas dos professores, contemplando questões como manejo de comportamentos, estratégias de ensino e avaliação. Essa perspectiva reforça que a formação continuada precisa dialogar diretamente com as situações vivenciadas em sala de aula, oferecendo ao professor instrumentos para planejar intervenções mais adequadas às singularidades das crianças com TEA.

Além das demandas pedagógicas, a dimensão emocional do trabalho docente também merece atenção. Faria e Camargo (2018), em revisão sistemática sobre as emoções do professor diante da inclusão escolar, identificaram sentimentos recorrentes de impotência, insegurança, medo, angústia, desamparo e isolamento, frequentemente associados ao despreparo para atuar em contextos inclusivos. Em estudo posterior, Faria e Camargo (2021) aprofundam essa discussão e demonstram que as emoções docentes expressam diferentes formas de vivenciar e compreender a inclusão, evidenciando que o suporte ao professor não deve se restringir à capacitação técnica, mas também considerar espaços de escuta, reflexão e apoio no ambiente escolar.

No caso específico do TEA, as dificuldades podem envolver comunicação, interação social, organização da rotina e manejo de comportamentos que interferem na participação da criança. Lacerda (2017) destaca a complexidade de situações que exigem intervenções individualizadas e articuladas entre os diferentes atores envolvidos no processo educacional. Nessa direção, a inclusão não pode ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor regente; ela demanda atuação

colaborativa da gestão, do Atendimento Educacional Especializado, da família e dos demais profissionais que acompanham a criança.

As estratégias pedagógicas também ocupam lugar fundamental nesse processo. Oliveira (2023) ressalta a relevância de recursos de Tecnologia Assistiva e de formas alternativas de comunicação para ampliar a participação e a autonomia dos estudantes. A organização visual do ambiente, a previsibilidade da rotina e a adequação das atividades podem favorecer a compreensão e o envolvimento da criança nas experiências educativas. Cunha (2017), por sua vez, enfatiza que a prática pedagógica voltada ao estudante com autismo deve considerar seus interesses, suas possibilidades de interação e a construção de vínculos, de modo que o processo educativo não se limite ao cumprimento de procedimentos, mas favoreça participação, segurança e desenvolvimento.

Assim, os estudos analisados convergem ao indicar que a distância entre a garantia legal e a inclusão efetivamente vivenciada na escola decorre de múltiplos fatores. A formação continuada contextualizada, o apoio institucional, a disponibilidade de recursos pedagógicos e assistivos, o trabalho colaborativo e a atenção às dimensões emocionais da docência constituem condições complementares para que a inclusão de crianças de 4 e 5 anos com TEA avance de uma previsão normativa para uma prática pedagógica cotidiana mais consistente.

Conclusão

Em síntese, a pesquisa evidencia que a distância entre os avanços legais e as condições concretas do cotidiano escolar permanece como um importante desafio para a inclusão de crianças de 4 e 5 anos com TEA. Os estudos analisados indicam que a efetividade do processo inclusivo depende de formação continuada, suporte institucional, estratégias pedagógicas adequadas e condições que favoreçam a participação e a autonomia da criança. Conclui-se que a inclusão não constitui uma responsabilidade isolada do professor, mas requer articulação entre gestão escolar, família e políticas públicas, de modo a fortalecer práticas educativas pautadas na equidade, no respeito e nas necessidades de cada estudante.

Nesse sentido, os desafios docentes identificados ao longo da pesquisa demonstram que a inclusão escolar precisa ser compreendida como um processo contínuo, que ultrapassa a garantia de acesso da criança à escola e exige condições efetivas para sua permanência, participação e aprendizagem. Na Educação Infantil, especialmente entre crianças de quatro e cinco anos, torna-se fundamental que o professor disponha de conhecimentos, recursos e apoio para reconhecer as singularidades de cada criança e organizar experiências pedagógicas que favoreçam seu desenvolvimento. Dessa forma, investir na formação docente e no trabalho colaborativo entre os diferentes agentes envolvidos no processo educativo constitui um caminho necessário para aproximar os princípios da educação inclusiva das práticas efetivamente vivenciadas no cotidiano escolar.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 19 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2015]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009. Seção 1, p. 17. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 22 jun. 2026.

CAMARGO, Síglia Pimentel Höher *et al.* Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores.

Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 36, e214220, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698214220. Acesso em: 23 jun. 2026.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 9. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2017.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 2, p. 217-228, abr./jun. 2018. DOI: 10.1590/S1413-65382418000200005.

FARIA, Paula Maria Ferreira de; CAMARGO, Denise de. Emoções docentes em relação ao processo de inclusão escolar. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e64536, 2021. DOI: 10.1590/0104-4060.64536.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LACERDA, Lucelmo. **Transtorno do espectro autista: uma brevíssima introdução**. Curitiba: CRV Editora, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, Jaime Pinheiro de. **Educação Especial: formação de professores para a inclusão escolar**. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, por ser minha força, luz e guia durante toda esta jornada, concedendo-me a sabedoria e a perseverança necessárias para superar cada desafio e renovar minha fé a cada novo dia. À minha amada mãe, Adnair Crisóstomo da Silva Santos, e ao meu pai, Reginaldo José dos Santos, dedico uma gratidão sem fim pelo amor incondicional, pelas orações constantes e por todo o apoio prestado em cada etapa do meu caminho, ensinando-me o valor dos estudos e da perseverança. Ao meu esposo, Jerfferson Ferreira de Oliveira, meu companheiro de vida, agradeço do fundo do coração pelo incentivo constante, e pela presença nos momentos em que mais precisei. Aos professores e docentes da Faculdade Cristã da Cidade, que compartilharam seus conhecimentos e contribuíram diretamente para a minha formação profissional e humana, o meu respeito e gratidão, e em especial às minhas orientadoras Me. Ana Carolina Alves da Silva e Dra. Eliane Penha Mergulhão Dias, pela condução atenciosa, pelo suporte técnico, e pela dedicação exemplar durante toda esta trajetória acadêmica. A todos os amigos e familiares que, direta ou indiretamente, fizeram parte deste processo, torceram pelo meu sucesso, o meu sincero muito obrigada. Dedico este trabalho, com todo o meu coração, às minhas amadas filhas, Rebeca Crisostomo Ferreira e Raquel Crisostomo Ferreira, pois o amor puro de vocês é a luz que ilumina os meus dias e a minha maior motivação para evoluir, vencer os obstáculos e seguir sempre em busca dos meus sonhos.